



Resumo de Notícias

09/05/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – A Oi e a era dos caras de pau

Nos dois últimos anos o Brasil tem sido alvo de um conjunto de posturas antidemocráticas cujos autores podem ser classificados, dentre outros adjetivos, como autênticos caras de pau. Exemplos disso são as Organizações Globo e o vice-presidente Michel Temer.

A primeira usa seu noticiário para criminalizar os movimentos sociais e criar versões de fatos que atendam aos interesses do grande capital, mas insiste em posar de democrática, na maior cara de pau. E o segundo, um político sem voto, quer ser presidente a qualquer custo e, para tanto, trama abertamente para derrubar a verdadeira detentora dos votos e do cargo.

E a Oi? Maior operadora de telefonia do país, é uma aluna aplicada dessa escola.

Quando parece que a empresa já fez tudo de errado, a Oi apresenta mais um plano mirabolante que ela chama pomposamente de “ processo de reestruturação organizacional” . E quem pagará a conta, mais uma vez, serão os trabalhadores, em especial os dois mil que serão demitidos.

Em 2015, o atual presidente da concessionária, Bayard Gontijo, disse que a empresa havia elaborado um “ plano desafiador” . Pois bem. Naquele ano, a empresa conseguiu ter um prejuízo de R\$ 5,3 bilhões. Suas ações na Bolsa valem hoje

menos de 1 real. E o endividamento da empresa chega a cerca de R\$ 60 bilhões.

Quando, em 2010, o governo federal lançou o PNB (Plano Nacional de Banda Larga), a Oi não economizou nas promessas e se colocou como a grande empresa que poderia dar suporte ao plano com sua rede nacional. Não só nada disso se efetivou como, contrariando as expectativas do seu discurso, a concessionária se juntou às outras empresas no combate às cláusulas relativas à expansão da banda larga na renovação dos contratos de concessão.

Em seis anos, a Oi trocou de presidente cinco vezes. Um dos últimos a cair, Zeinal Bava, foi o responsável pela operação financeira que levou a um calote na Portugal Telecom de 897 milhões de euros (cerca de R\$ 2,763 bilhões). Virou escândalo no mundo inteiro. Justo ele, que veio para trazer novas alternativas tecnológicas e levar a empresa para a África! Um blefe. Uma tremenda cara de pau!

O Instituto Telecom está aliado aos que vêm dando combate sem trégua a essas posturas. Uma mídia tendenciosa, um vice-presidente sem legitimidade e uma operadora de telecomunicações que se tornou uma vergonha nacional. Haja óleo de peroba para tanta cara de pau!



Resumo de Notícias

09/05/2016 - Instituto Telecom

Governo indica representante para o Conselho Consultivo da Anatel

O assessor especial do Ministério das Comunicações, Flávio Lenz, será o novo representante do Poder Executivo no Conselho Consultivo da Anatel. A indicação foi publicada na edição desta segunda-feira, 9, do Diário Oficial da União. O mandato do novo conselheiro vai até fevereiro de 2019.

Com a indicação, sobe para sete o número de integrantes do conselho, que é composto por 12 cadeiras. Em fevereiro, quatro novos integrantes foram empossados: Flávia Lefèvre (entidades representativas dos usuários), Carlos Duprat (das entidades de classe das prestadoras de serviços de telecomunicações), Igor Salaru (entidades representativas dos usuários de serviços de telecomunicações) e Márcio Patusco (entidades representativas da sociedade).

Um quinto conselheiro também representante do Executivo, Alan Emanuel Trajano, ainda é dúvida. Isto porque ele deixou o cargo de consultor jurídico do Ministério das Comunicações e ainda não há uma indicação de seu interesse em continuar no colegiado. Além de Trajano, o único conselheiro que ainda tem mandato até 2017 é Cristiano Lopes, representante

da Câmara dos Deputados.

De acordo com a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), o Conselho Consultivo é integrado por 12 membros, designados por decreto do presidente da República mediante indicação de dois representantes de cada uma das seguintes entidades/órgãos: Senado Federal; Câmara dos Deputados; Poder Executivo; entidades de classe das prestadoras de serviços de telecomunicações; entidades representativas dos usuários; e entidades representativas da sociedade.

Entre as atribuições do Conselho Consultivo estão a de opinar, antes do encaminhamento ao Ministério das Comunicações, sobre o Plano Geral de Outorgas, o Plano Geral de Metas de Universalização de serviços prestados em regime público e demais políticas governamentais de telecomunicações; apreciar os relatórios anuais do Conselho Diretor; aconselhar quanto à instituição ou eliminação da prestação de serviço no regime público; requerer informações e fazer proposições a respeito das ações de competência do Conselho Diretor.

09/05/2016 - Instituto Telecom

Telebras assume Banda Larga nas Escolas

Como já vinha sinalizando, a Telebras vai assumir a tarefa de levar conexões a internet às escolas públicas do país. Na prática, fica com a tarefa que até aqui era das grandes operadoras privadas, mas que na grande maioria das instituições não entregaram conexões com mais de 1 Mbps ou 2 Mbps.

Em recursos, é de longe a principal missão do novo plano nacional de banda larga, ou Brasil Inteligente, como foi batizado. O orçamento inicial, já para 2016, é de R\$ 350 milhões. Mas a costura no governo promete mais R\$ 1,5 bilhão em recursos do Ministério da

Educação – em parcelas de R\$ 400 milhões, R\$ 500 milhões e R\$ 600 milhões ao longo dos três próximos anos.

O valor total, no entanto, pode ficar maior. Paralelamente há o objetivo de que o Tesouro Nacional faça aportes do mesmo tamanho do MEC, o que injetaria outro bilhão e meio na Telebras. Mas essa parte da conta ficou fora do anúncio do novo programa, nesta segunda, 9/5. E no fundo há dúvidas de que isso sobreviva caso confirme-se o afastamento da presidenta Dilma Rousseff.



Resumo de Notícias

“Vamos substituir as redes ADLS que hoje atendem as escolas por fibras ópticas. A ideia é criar uma grande plataforma nacional de alta velocidade, com pelo menos a média de 78 Mbps. Hoje, 90% das escolas são conectadas a 1 ou 2 Mbps, o que é nada para uma escola com milhares de alunos. E mais do que isso, vamos avançar nos conteúdos digitais”, diz o presidente da Telebras, Jorge Bittar.

Além das fibras chegando às escolas e dos acessos WiFi, o projeto prevê a implantação de redes de distribuição de conteúdos (CDNs, na sigla em inglês) para que as escolas acessem a material pedagógico digital. A primeira etapa do projeto prevê o atendimento a 30 mil escolas, com 20 milhões de alunos, até 2019. Se efetivamente houver o aporte suplementar pelo

Tesouro, esse número aumenta.

O secretário executivo do MEC, Luiz Claudio Costa, explica que já foram identificadas 26 mil escolas mais necessitadas. “Elas representam 70% da nossa grande deficiência de alfabetização nos anos iniciais, por isso essas escolas foram priorizadas”, explicou. Paralelamente, a internet de alta velocidade pode endereçar outra dificuldade, que é a formação dos professores.

“Temos 2 milhões de professores e um grande percentual não é formado. Por exemplo, 75% dos professores de Física não são formados em Física. Nisso entra a Universidade Aberta, porque esses professores não vão fazer cursos presenciais, mas à distância. Então poderão fazer isso em suas escolas, em suas cidades”, disse Costa.

09/05/2016 - Telesíntese

Brasil inteligente aloca R\$ 400 milhões para garantir investimentos de pequeno provedor

O Ministério das Comunicações anunciou hoje o programa Brasil Inteligente, uma soma de programas para dar continuidade ao Programa Banda Larga para Todos. Entre as metas anunciadas (sem a explicitação dos recursos), foi feita a confirmação do Fundo Garantidor para o pequeno provedor de internet, no valor de R\$ 400 milhões, que poderão ser usados para a interiorização da construção da rede de banda larga em 1,18 mil municípios brasileiros com menos de 100 mil habitantes. Segundo o ministro André Figueiredo, R\$ 50 milhões para o fundo deste ano virão de crédito suplementar ao orçamento do ministério.

Foi lançado também o Programa “Minha Escola Mais Inteligente”, que será tocado em parceria da Telebras, Ministérios da Comunicação e Educação. Esse programa terá recursos de R\$ 350 milhões, que virão assegurados sob a forma de verba orçamentária suplementar, a ser enviado ainda sob a forma de projeto de lei ao Congresso Nacional pelo Ministério do Planejamento.

Nesta primeira etapa, segundo o presidente da Telebras, Jorge Bittar, serão contempladas 30 mil escolas, com 20 milhões de alunos. Essas escolas serão interligadas até 2019 com velocidade média de até 78 Mbps, priorizadas aquelas com menor índice de avaliação e menor custo de implantação. “Até 2019, serão investidos R\$ 2 bilhões, com recursos do MEC e esperamos contar com contrapartidas de estados e

municípios que se integrem no programa”, afirmou ele.

Segundo o secretário executivo do MEC, Luiz Claudio Costa a importância do projeto é que ele vai começar onde o Brasil mais precisa, ou seja, em 26 mil escolas onde estão 70% dos alunos com deficiência de alfabetização. “Não tenho dúvida, temos muito a fazer mas esse passo é decisivo”, afirmou ele.

Maximiliano Martinhão, secretário de telecomunicações, citou ainda os programas que estão sendo tocados pelo Ministério do Exército e RNP, de construção de 7,8 mil quilômetros de fibra óptica nos leitos dos rios da Amazônia como um outro exemplo de universalização da banda larga que terá apoio do Ministério das Comunicações e Telebras. Além do satélite geostacionário, que será lançado em dezembro.

Resumo de Notícias

09/05/2016 - Vermelho

CLT chega aos 73 anos como o maior patrimônio dos trabalhadores

Maio é o mês que marca a história de luta e conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. No Brasil, celebram-se também os 73 anos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que unificou o conjunto de leis existentes no país e regulamentou as relações individuais e coletivas do trabalho. A CLT passa por um momento delicado, com uma série de propostas que tramitam no Congresso e ameaçam as conquistas dos trabalhadores ao longo da história.

A CLT foi a conquista mais importante dos trabalhadores, pois assegurou direitos como: jornada de trabalho máxima de oito horas diárias, descanso semanal remunerado, salário mínimo, férias, licença-maternidade, adicional noturno e indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa, dentre outros direitos importantes.

Também foi a CLT que assegurou o direito à organização sindical, que permite aos trabalhadores lutarem constantemente por melhorias de salário e condições de trabalho. Para o ministro do Trabalho, Miguel Rossetto, mais do que um conjunto de leis, a CLT constitui um patrimônio do trabalhador brasileiro.

Patrimônio dos trabalhadores

“É o estado brasileiro normatizando, regulando o mercado de trabalho. A CLT garante padrões de remuneração, de qualidade de trabalho, de direitos sobre a jornada de trabalho e de remunerações. Estabelece equivalências entre gêneros, homens e mulheres, e assegura direitos. Seja na Constituição, seja por meio da organização sindical, constitui o patrimônio dos trabalhadores brasileiros”, destaca o ministro.

O eletricitista de automóvel, César Augusto, 55 anos, conhece bem esses direitos. Ele conta que está com a carteira assinada há 28 anos, mas que já trabalhou por 10 anos como autônomo e, apesar de não ter havido



problemas com a renda, sentiu falta dos benefícios que deixou de usufruir. “Quando a gente trabalha com carteira assinada tem muitas garantias, como a aposentadoria, uma das principais preocupações do trabalhador”, conta.

O dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Quintino Severo explica que a CLT ainda é o principal instrumento de proteção dos

trabalhadores. “A CLT cumpre um papel importante e definidor nas relações trabalhistas no Brasil. Não fosse por ela, as condições de trabalho e sociais no Brasil seriam piores.”

Momento delicado

A CLT passa por um momento delicado, com uma série de propostas que tramitam no Congresso Nacional e ameaçam as conquistas dos trabalhadores ao longo da história. Entre eles estão o projeto de lei que permite que os acordos negociados entre empresas e empregados tenham prevalência sobre a legislação trabalhista, fazendo com que haja a prevalência do negociado sobre o legislado; o que regulamenta a terceirização; e o que prevê o impedimento do trabalhador, quando demitido, de reclamar na Justiça do Trabalho.

O Secretário Especial do Trabalho, José Lopez Feijó, afirma que a CLT é um marco de proteção legal, ampliada pela luta dos trabalhadores. Ele teme que as mudanças em debate coloquem em risco essas conquistas.

“As conquistas históricas não podem retroceder. O receio é de que essas políticas sejam destruídas por propostas como a prevalência do negociado sobre o legislado e o processo de terceirização, que faz com que o emprego direto deixe de existir e enfraquece os direitos conquistados com muita luta”, explica.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/280531-1>



Resumo de Notícias

09/05/2016 - Vermelho

Um golpe de estado marcado por machismo e estupidez

A crise política é reveladora do espantoso atraso cultural de uma larga parcela da elite brasileira, sobretudo seus representantes no Poder Legislativo.

Dilma, é atacada por não seguir os padrões impostos às mulheres. Dilma, é atacada por não seguir os padrões impostos às mulheres. O golpe de estado, travestido de impeachment, contra o mandato da presidenta Dilma Rousseff, tem seu itinerário marcado por ódio ao projeto que mais mudou as condições de vida da população, valorizou nossa soberania e ergueu o Brasil no concerto das nações. Essa gente também tem destilado altas doses de misoginia e discriminações. Misoginia é o machismo exacerbado, assentado na crença medieval da incapacidade de as mulheres realizarem aquilo que alguns acham que só os homens podem: exercer poder, por exemplo. Os misóginos têm convicção - e a divulgam sem parcimônia - que as mulheres só deveriam ser belas, recatadas e do lar, jamais da rua, da vida pública, da luta política por direitos.

Há os que querem que a política, feita pelos homens, seja território exclusivo deles. Prova disso foi a agressiva advertência feita pelo deputado Alberto Fraga à deputada Jandira Feghali, numa sessão ocorrida no ano de 2015 quando ela denunciava a agressão física do deputado Roberto Freire: " Mulher que participa de política como homem e fala como homem, também deve apanhar como homem", disse Fraga. Ou seja, se ela teve a ousadia de igualar-se a eles, na visão do deputado, é legítimo que um homem recorra ao velho uso da força bruta para mostrar-lhe quem pode mais.

A presidenta Dilma sempre riscou fora do traçado do feminino mitificado que dociliza e fragiliza as mulheres. Não é do lar. É dos números. Dilma é economista, com larga passagem em cargos públicos estratégicos, que muitos homens gostariam de ter

em seus currículos. Destemida, enfrentou a ditadura militar de 1964. Não se vergou aos ditames dos seus torturadores, nem mesmo do verdugo coronel Ustra, hoje saudado com sádico saudosismo por um dos seus parceiros, o deputado Bolsonaro. Mas a História tem ironias. Por duas vezes mais de 50 milhões de brasileiros tornaram Dilma presidenta e comandante-em-chefe das Forças Armadas.

Dilma é pouco afeita a choros e lamurias. É uma mulher enérgica. Os que a criticam por essa característica não conhecem a história de Maria Quitéria, Anita Garibaldi, Dina do Araguaia ou de quilombolas do tipo Maria Tereza do Quariterê e Zeferina, heroínas na guerra. A mídia que critica Dilma por sua dureza, elogiava a primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher – a dama de ferro - que em 1982 esmagou os argentinos na guerra das Malvinas, admitindo até usar armas atômicas contra o país. A bravura da britânica era vista como virtude por olhares acometidos de um certo complexo de vira-lata.

No teatro do absurdo que a Câmara dos Deputados se tornou, na surreal sessão realizada no dia 17 de abril, 367 deputados votaram pela cassação do mandato da presidenta, com discursos que nada tinham a ver com as tais pedaladas fiscais. Causou espécie ver o presidente da Casa, réu por decisão unânime do STF, acusado de corrupção e lavagem de dinheiro, pedir pena máxima para a presidenta, a perda do seu mandato. Tudo isso se realizou com o beneplácito do Poder Judiciário, que somente depois do serviço sujo realizado por Cunha, resolveu afastá-lo, limpando, portanto, a cena do crime.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/280583-1>